

## Um ensaio crítico sobre o racismo no Brasil

ALEXANDRE BONETTI LIMA\*

**Resumo:** Para o desenvolvimento deste artigo realizamos um resgate histórico da presença do racismo na sociedade brasileira, desde a abolição da escravidão até os dias atuais, problematizando-o mediante pressupostos teóricos e conceituais presentes na literatura sobre o tema. Alguns conceitos foram discutidos ao longo do texto como analisadores que contribuem para a construção do mito da democracia racial, elemento historicamente importante no processo de dissimulação da presença do racismo na sociedade brasileira, responsável pela naturalização da abissal desigualdade social entre negros e brancos no país. Com relatos extraídos de conversas realizadas com um casal negro, buscamos conferir corporeidade às reflexões teórico-conceituais produzidas. Concluímos argumentando que um caminho importante para o enfrentamento do racismo em sociedades como a brasileira, exige uma revisão crítica histórica além da valorização de saberes e fazeres locais que, embora recorrentemente desqualificados e invisibilizados, lutam por efetuar transformações na realidade.

**Palavras chave:** Racismo; Psicologia Social; Subcidadania.

### *A critical essay on racism in Brazil*

**Abstract.** For the development of this article, we performed a historical recovery of the presence of racism in the Brazilian society, from the abolition of slavery to the present days, criticizing it according to theoretical presumptions and current literary concepts about the theme. Some concepts were discussed throughout the text as analysers that add to the construction of the racial democracy myth, a historic important element in the process of propagating the presence of racism in the Brazilian society, responsible for the normality of the abyssal social inequality between black and white people in the country. With reports extracted from conversations conducted with black couple, we aimed to bestow corporeity to the theoretical-conceptual observations produced. We concluded by arguing that an important path to facing racism in societies such as the Brazilian one demands a historical critical review beyond the significance of local knowledge and makings that, although recurrently disqualified and unseen, fight to cause changes to this reality.

**Key words:** Racism; Social Psychology; Sub-citizenship.



\* ALEXANDRE BONETTI LIMA é Professor Associado do Departamento de Psicologia Social da Universidade Estadual de Londrina, com doutorado em Psicologia Social pela PUC-SP.

## Introdução.

Este artigo é parte de um conjunto de pesquisas e reflexões que vimos realizando, nos últimos anos, junto à pesquisadores, docentes e estudantes (de graduação e pós-graduação) de psicologia, dentro da perspectiva de uma Psicologia Social crítica. Temáticas da pobreza, violência e vulnerabilidades urbanas, mídias popular e comunitária, novos movimentos sociais no Brasil, entre outros, são alguns dos campos de investigação dos quais participamos, orientando-se por um princípio ético-crítico, a partir do qual somos invariavelmente afetados(as) e interpelados(as) pelas vítimas de um sistema excludente (Dussel, 2000). Diante disso, ao invés de buscar desvelar verdades essenciais e generalizáveis sobre o fenômeno de pesquisa em questão, nos movemos no sentido de somar forças para problematizar relações de opressão existentes, e combater discursos que as naturalizam e as justificam, os quais cotidianamente afastam inumeráveis pessoas das possibilidades de inserção nos quadros de cidadania plena. Neste caso, o foco volta-se para o problema do racismo no Brasil, que ainda se esconde sob a égide enganosa da democracia racial.

Para o desenvolvimento deste artigo realizamos, inicialmente, um resgate histórico da presença do racismo na sociedade brasileira, problematizando-o por meio de pressupostos teóricos e conceituais presentes na literatura sobre o tema. Em seguida, analisamos criticamente a situação da expressiva desigualdade social entre negros e brancos que ainda subsiste no Brasil, entendendo-a como um desdobramento corrosivo do racismo que desgraçadamente permanece a varrer o país. Por fim, com relatos extraídos de entrevistas/conversas realizadas com um

casal heterossexual sexagenário, com ensino fundamental incompleto, ambos negros, buscamos conferir corporeidade às reflexões teórico-conceituais produzidas.

Segundo dados levantados pelo IBGE, publicados no jornal Folha de S. Paulo em 25/05/2017, embora os negros representem 53,6% da população brasileira, 76% se encontram entre os 10% mais pobres. Declara ainda a publicação que, com a instauração da crise econômica no país, a remuneração recebida por brancos em todos os trabalhos formais teve variação média positiva de 0,8% entre 2015 e o primeiro trimestre de 2017; entre os pardos a variação de renda neste mesmo período caiu em média 2,8%, e entre os pretos, caiu 1,6% (Perrin, 2017, p. A25).

Em pesquisa, também publicada no jornal Folha de S. Paulo, de 24/02/2018, divulgada pela Pnad Contínua, do IBGE, em 23 de fevereiro de 2018, a taxa de desemprego entre os pretos ao final de 2017 era de 14,5%; entre os pardos, de 13,6%, e de 9,5%, entre os brancos. Se o recorte for o rendimento, a média dos salários entre os negros é 57% a dos brancos. Informa ainda a pesquisa que a diferença salarial entre negros e brancos também se faz presente quando se aumenta o nível de escolaridade entre os dois grupos. Na cidade de São Paulo, por exemplo, (a mais populosa, industrializada e rica do país) negros com diploma de ensino superior recebem 65% do salário de brancos com diploma superior (Lima, 2018, p. A17).

Ademais, o Atlas de Violência de 2017, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revela que uma pessoa negra vivendo no Brasil têm probabilidade 23,5% maior de ser assassinada do que uma pessoa de qualquer outra cor de pele, configurando um obscuro quadro no qual a cada cem

brasileiros assassinados, 71 têm a cor negra (Cerqueira e cols, 2017).

Tal cenário, de indecorosa desigualdade, torna-se ainda mais lamentável por habitarmos uma sociedade que se autodeclara democrática, e que aboliu o regime escravocrata há mais de 120 anos. Como, então, subsiste ao longo do tempo, e em período histórico no qual nunca se produziu tanta riqueza, tal situação de vulnerabilidade em porção tão ampla da população brasileira? Como, num país que se declara racialmente democrático, as diferenças de acesso pleno à cidadania são tão desiguais entre negros e brancos?

### **O lugar do racismo na sociedade brasileira.**

Se ponderarmos sobre o *modus operandi* da sociedade brasileira, alcançaremos algumas respostas. Conquanto desde o século XIX o Brasil seja uma república independente, permanece ainda a presença de elementos que designam o que Boaventura Souza Santos define como paradigma do colonialismo, a saber, “o conjunto de trocas extremamente desiguais que assentam na privação da humanidade da parte mais fraca como condição para a sobre-explorar ou para a excluir como descartável” (2010, p. 37).

Tal paradigma, diz Lander (2005), tem íntima relação com as fissuras ontológicas construídas pelo pensamento eurocêntrico, consolidado após as grandes viagens marítimas realizadas pelos europeus. Ao aportarem em terras desconhecidas, encontrando populações cujas línguas, costumes e organizações sociais eram a eles estranhas, classificavam-nas de bárbaras ou selvagens, disseminando, então, dentro do “novo mundo” (territórios conquistados e colonizados) uma nova divisão ontológica: civilização, de um

lado, e barbárie, de outro; divisão, por sua vez, responsável por facilitar ações de extrema violência contra os nativos das terras conquistadas, submetendo-os à escravidão ou mesmo dizimando-os em massa, além de explorar vorazmente suas riquezas.

Nas palavras de Lander,

A conquista ibérica do continente americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. (...) Tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia. As obras de Locke e de Hegel – além de extraordinariamente influentes – são neste sentido paradigmáticas. Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente.” (2005, p. 09).

No Brasil, a apropriação do paradigma do colonialismo materializa-se, entre outras coisas, com a emergência do racismo a orientar as relações sociais e institucionais, dividindo a população entre brancos (descendentes de europeus e, logo, “raça superior”) e as outras “raças inferiores” (notadamente, negros e indígenas). Essa dicotomização racial, herança do paradigma colonialista, objetiva-se em valores, sociabilidades e mesmo políticas – ou falta delas – na sociedade brasileira em finais do século

XIX e início do século XX, período no qual se inicia o regime republicano.

Sobre isso, Florestan Fernandes (1978), em estudo sobre o modo como se deu a integração do negro após a abolição da escravidão, em São Paulo, argumenta que aos ex-escravos negros não foi reconhecido o débito social do Estado brasileiro para com essa população – submetida que foi, durante séculos, às mais desumanas e perversas formas de exploração e violência. Como consequência, o processo de abolição da escravidão não foi acompanhado por políticas de inclusão social do negro escravo. Não foram constituídas as medidas para sua pré-socialização à nova organização social e econômica que se instituiu, a qual exigia comportamentos, valores, uma subjetividade, enfim, consoantes à sociedade capitalista baseada no trabalho livre, deixando-os à própria sorte. Desorganização familiar e social, discriminações racistas, obstrução para educar-se e qualificar-se profissionalmente são algumas das brutalidades que a sociedade impôs aos negros desde então, constituindo o que Jessé Souza (2011, 2012) denomina subcidadania, alcunha metafórica com a qual o autor alude aos destituídos das condições objetivas e subjetivas, culturais e sociais para serem incluídos nas molduras da cidadania plena na sociedade capitalista ora nascente no país.

Guimarães (2009) esclarece a falta de políticas para a inserção do negro no sistema produtivo, neste período, como resultado do racismo estrutural fundamentado na doutrina científica que prevalecia no Brasil do século XIX e início do século XX, segundo a qual as desigualdades entre as raças assentavam-se nas diferenças da constituição de natureza biológica dos seres humanos.

Sobre isso, é ilustrativa a explicação de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*:

A mistura das raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. (...) Foville compara-os [os mestiços], de um modo geral, aos históricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável (1995, p. 77).

Mais adiante, continua,

É que são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies; e se toda sutileza dos missionários tem sido impotente para afeiçoar o espírito do selvagem às mais simples concepções de um estado mental superior; se não há esforços que consigam do africano, entregue à solicitude dos melhores mestres, o aproximar-se sequer do nível intelectual médio do indo-europeu – porque todo homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança – como compreender-se a normalidade do tipo antropológico que aparece, de improviso, enfeixando tendências tão opostas? (1995, p. 78).

Ideologias de embranquecimento são então disseminadas na sociedade brasileira como solução futura para alcançar o estágio civilizatório dos países da Europa central, tido como ideal de desenvolvimento em todos os sentidos. A população que aqui predominava, majoritariamente indígena, preta e mestiça, era dada como decadente e inferior; a referência de superioridade assentava-se no homem

branco caucasiano, materializada em discursos doutrinários que perpassavam a medicina, a antropologia, a educação. Daí a opção pela teoria do embranquecimento, um darwinismo social à brasileira. Incentivando a imigração europeia em massa no país, ao mesmo tempo que obstando a entrada de novas levas de negros africanos – além, é claro, de um crescente encerramento dos indígenas em áreas cada vez menores, associado aos assassinatos constantes para apropriação de suas terras, levando à drástica redução, ou mesmo eliminação, da população de diversas etnias –, a tendência era que no decorrer dos anos o “problema das raças decadentes se solucionaria”, pois o sangue branco tenderia a diluir o “decadente”, tornando assim possível que os mestiços, mais embranquecidos, se elevassem ao estágio de “civilização” (Guimarães, 2009; Carone e Bento, 2002; Schwarcz e Starling, 2015). “Como ideologia”, assevera Sodré, a ideia do embranquecimento “alimentou os dogmas da superioridade racial, do determinismo climático, da geopolítica e da filosofia eugenista” (2015, p. 100), refletindo o preconceito contra a população negra, responsável, por sua vez, pela passagem do racismo de dominação – próprio do período escravocrata – para o racismo de exclusão – pós abolição.

Para Jessé Souza, a base constitutiva da sociedade brasileira se enraíza no regime escravocrata, cujas sociabilidades fundamentavam-se na família patriarcal. “O chefe de família e senhor de terras e escravos”, diz o autor, “era autoridade absoluta nos seus domínios, obrigando até ‘El Rei’ a compromissos, dispondo de altar dentro de casa e exército particular nos seus territórios” (Souza, 2017, p. 42). A ausência de instituições intermediárias de regulação do poder absoluto dos patriarcas das famílias de

posse caracterizava o sistema escravista do Brasil colônia, cujas sociabilidades, segundo Souza (2017), subsistem mesmo depois da abolição da escravidão. Ele cita passagem de Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, para ilustrar sua afirmação:

Não há brasileiro de classe mais elevada, mesmo depois de nascido e criado, depois de oficialmente abolida a escravidão, que não se sinta aparentado do menino Brás Cubas na malvadez e no gosto de judiar com negros. Aquele mórbido deleite em ser mal com os inferiores e com os animais é bem nosso: é de todo o menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata (Gilberto Freyre, 1933, como citado em Souza, 2017, p. 50).

Delineia-se, assim, a situação prototípica da constituição da exclusão social brasileira, ou seja, o processo histórico pelo qual o país confere e naturaliza um lugar social, político e econômico desqualificado a uma vasta gama de pessoas, ao mesmo tempo em que qualifica e afiança uma reduzida parcela da população como “hiper cidadãos”, ressoando e (re)vivificando tempo-especialmente o patriarcalismo do Brasil escravocrata (Souza, 2017). Coladas aos desfavorecidos de cidadania, construções culturais singulares como músicas, danças, tradições populares, religiosidades, línguas, pinturas e esculturas, em suma, toda uma cosmogonia e estética de origem afro-brasileira e indígena, e de uma riqueza inestimável, eram fortemente desvalorizadas e mesmo, não poucas vezes, proibidas.

### **Sobre o racismo estrutural no país e seus efeitos nas sociabilidades brasileiras.**

Alexandre Ciconello, referindo-se a Edna Rolando, conhecida militante do movimento negro, quando responde à

pergunta sobre como o racismo opera na manutenção da desigualdade racial no Brasil, comparou o racismo no país à Hidra de Lerna, mitológico ser de várias cabeças. “Quando se arranca uma das cabeças, logo nasce outra e mais outra, em vários lugares e posições. O racismo, para ela, está entranhado nas relações sociais no Brasil. Uma outra característica é que a expressão do racismo se modifica com o tempo, manifestando em diferentes e novas formas, gerando e mantendo intacta a perversa estrutura de desigualdade entre a população negra e branca no país” (2008, p. 01).

De fato, a partir da década de 1940, o discurso da eugenia, que sustenta a superioridade de uma raça sobre outra, começa a desaparecer, em grande parte devido à queda do nazifascismo ao fim da II Guerra Mundial. Em seu lugar, os primeiros trabalhos de Gilberto Freyre (destaque para *Casa Grande e Senzala*), de Sérgio Buarque de Holanda (destaque para *Raízes do Brasil*), bem como todo um conjunto de estudos da antropologia social, contribuiu para a constituição e sedimentação do discurso da democracia racial. O Brasil passa, então, a ser visto como uma nação composta por uma população fundamentalmente mestiça e racialmente integrada. Um lugar exemplar no sentido da convivência harmoniosa entre todas as pessoas. Como ressalta Theodoro, “O Brasil passa a se apresentar ao mundo – e a se representar – como um país sem embates raciais, exemplo de integração racial. Nas décadas seguintes, a imagem do Brasil como paraíso das raças foi, não apenas preservada, como fortalecida” (2014, p. 209).

Para Florestan Fernandes (1972), porém, o mito da democracia racial esconde a presença acentuada do racismo que ainda se mantém na sociabilidade brasileira.

Ele não é mais vinculado à dimensão biológica dos estudos eugenistas, mas à dimensão fenotípica, e aos atributos estéticos e culturais que a acompanham – tais como a tonalidade da pele, formato dos cabelos, vestuário etc. –, afigurando os elementos significativos que restringem o lugar social dos negros no Brasil. Sua presença pode ser notada a se materializar nas mais diversas situações cotidianas: a) nas organizações de trabalho, onde se pode notar que nos cargos de gestão praticamente não se encontram profissionais negros, ao contrário do que ocorre nos cargos hierarquicamente mais baixos; b) nas expressivas diferenças da média dos rendimentos entre negros e brancos, como apontado no início deste artigo; c) nos territórios de moradia, nos quais os negros invariavelmente concentram-se nos bairros mais pobres e periféricos das cidades, e raramente são vistos como moradores de bairros de classe média ou alta; d) na população carcerária, estando os negros em número expressivamente superior aos brancos; e) nos desiguais índices de morte violenta entre brancos e negros, também descritos acima vide o *Atlas de Violência*; f) nos elementos simbólicos das mídias como, por exemplo, em novelas televisivas, nas quais a presença de atores e atrizes brancas é invariavelmente superior aos negros, mesmo quando a história se passa em Salvador, na Bahia, cidade em que a maioria da população é negra (vide atual novela das 21:00h da Rede Globo de televisão); g) nos desiguais índices do nível de escolaridade entre brancos e negros, parcialmente compensados com as políticas de ação afirmativa, como as cotas, por sua vez contestadas por não poucas vozes conservadoras no país.

Tais situações, entre outras, compõem um cenário estrutural de racismo, o qual penetra nos mais diversos rincões das sociabilidades ordinárias. Do olhar de

suspeita de policiais e seguranças privados, ao olhar amedrontado de mulheres brancas ao cruzar com um homem negro à noite na rua; das piadas que desqualificam os negros, aos elogios eróticos e sexuais dirigidos a homens e mulheres negras, qualificando-os como objetos sexuais; dos olhares de estranheza quando negros adentram espaços de elite, como restaurantes e bares elitizados, às dificuldades de ascensão na carreira profissional, configurando um conjunto de discursos e práticas que compõem o que Mbembe designa como razão negra, “um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (2018, p. 61). Ou que Frantz Fanon, citando Aimé Césaire, anuncia: “Falo de milhões de homens em quem deliberadamente inculcam o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (2008, p. 33).

A seguir, relatamos algumas histórias de experiências e percepções de racismo vividas por um casal heterossexual com primeiro grau incompleto, no intuito de dar corporeidade ao que até o momento foi teoricamente discutido.

### **Violências discriminativas, algumas histórias.**

#### **Primeira cena – territórios de viver e trabalhar.**

Seu João (nome fictício) é um homem de 63 anos, morador de um bairro de periferia em um município do estado do Paraná (Brasil). Trabalha há vários anos como jardineiro, embora já tenha feito muitos tipos de atividades diferentes para “ganhar o sustento”, na maior parte informais. É um homem negro, forte, de

cabelos grisalhos, altura média e sorriso largo. Nascido no interior do estado de Minas Gerais, migrou para o município em que mora atualmente ainda bastante jovem a procura de trabalho na lavoura de café, onde trabalhou por quatro anos. Casado, tem cinco filhos, todos adultos (três homens e duas mulheres), e doze netos. Mora com sua esposa, dona Cida (nome fictício), uma de suas filhas e dois netos ainda crianças numa pequena casa de três cômodos e um banheiro. Descreve seu trabalho (de jardineiro) como sendo de roçar terrenos, aparar grama, podar ou cortar árvores, levar entulhos dos jardins e quintais das casas onde trabalha em seu velho automóvel para depositar em outros locais, além de plantar mudas de árvores ou flores. Diz sentir-se desconfortável quando sai das imediações de seu bairro para trabalhar em bairros mais abastados – o que é relativamente comum, pois não costumam haver contratantes dos serviços de jardinagem nas zonas periféricas da cidade – na medida em que é comumente olhado de “um jeito esquisito pelas pessoas, como se eu fosse um morador de rua. As pessoas não vê que eu sou um trabalhador, nem me cumprimentam com bom dia, boa tarde... mas fazer o que? Tenho que ganhar o sustento!”

Em suas andanças pelos bairros mais abastados onde trabalha, afirma nunca ter visto nenhum negro ou negra moradores, apenas trabalhadores como ele. Porteiros, seguranças privados, empregadas domésticas, jardineiros, além dos coletores de lixo que regularmente passam por lá. No bairro onde mora, contudo, ele chama a atenção enquanto caminhamos: “Mas olha a cor das pessoas que moram aqui!” Com efeito, são quase todos pretos e pardos, vivendo em casas bastante simples, reduzidas, algumas delas verdadeiros barracos com ligações clandestinas de

água e luz, para compensar a ausência dos serviços de saneamento e energia elétrica que deveriam ser fornecidos pelo Estado, além da escassez de outros tantos serviços de infraestrutura abundantes nos bairros centrais – como transporte coletivo, segurança, lazer, cultura etc.

Dona Cida tem 61 anos e é casada com seu João há 38. Com ele concebeu seis filhos, mas um deles morreu assassinado há sete anos. É uma mulher negra, com cabelos, em sua maioria, pretos e alguns poucos fios brancos, magra e de estatura baixa (pouco mais 1,50 metro). Vinda do interior do estado de São Paulo ainda adolescente com a família, conheceu seu João na cidade onde atualmente vivem, quando trabalhava de empregada doméstica em uma casa em que seu futuro esposo fora contratado para um trabalho como pintor de parede.

Ainda trabalha como empregada doméstica e, da mesma forma que seu João, chama a atenção para o fato de que em mais de quarenta anos nesta profissão “só trabalhei pra preto uma vez; a maioria das patroas são branquinha, diferente daqui onde a gente mora. Pra preto é mais difícil virar doutor e patrão [nesse país], né?!” Lembra as vezes em que foi impedida de entrar pelo elevador social em alguns condomínios em que trabalhou, mesmo quando o elevador de serviço estava em manutenção. “Eu tinha que subir de escada!”

Seu João e dona Cida são dos primeiros moradores do bairro em questão. “O bairro começou como uma invasão faz uns trinta anos”, explicam. “Nós e mais doze famílias não tinha onde morar, não tinha casa e isso tudo era terreno vazio, a maior parte do governo, porque é perto do trilho do trem que passa aqui. Então a gente preparou o terreno, capinou, e montamos os barracos, um ajudando o outro”. Resistiram à completa falta de infraestrutura, às tentativas de retirá-los

de lá, à violência da polícia, de assaltantes, pois “era melhor que viver na rua. Pagar aluguel não dava, era isso ou dar de comer aos filhos, que era tudo criança”.

Depois de muita luta conseguiram a posse dos terrenos e, em forma de mutirão, construíram suas pequenas casas em lugar dos barracos de lona e pedaços de madeira. Gradativamente o território foi assumindo a forma de um bairro urbanizado, e cada conquista era celebrada com uma festa. Assim foi nos momentos de instalação de iluminação elétrica, asfaltamento das ruas, instalação da escola municipal, do posto de saúde (Unidade Básica de Saúde – UBS) etc. Desde então o bairro cresceu, ainda que permaneça com tamanho relativamente reduzido, com pouco mais de 3.000 moradores.

Considerado pela Secretaria Municipal de Assistência Social uma das regiões mais vulneráveis e violentas do município, ainda sofre com a escassez de atenção e serviços por parte do Estado. Saneamento básico e redes de esgoto são direitos aos quais parte da população ainda não tem acesso. O transporte coletivo tem frequência reduzida para se ir às regiões centrais da cidade, nas quais concentram-se a maior parte das possibilidades de trabalho e emprego. A coleta de lixo reciclável é bastante restrita, tendo apenas um ecoponto em toda a extensão do bairro, o que dificulta sua destinação adequada. Não há vagas suficientes na única creche e na única escola de ensino fundamental para o total das crianças. A escola de ensino médio mais próxima é relativamente distante. Em 2016, o posto da UBS ficou sem nenhum médico durante mais de seis meses.

A quase totalidade dos jovens e adultos desenvolve trabalhos informais e são beneficiários dos serviços sócio-

assistenciais de transferência de renda. O tráfico de drogas é comum na região. O número de usuários de crack em situação de rua é alto. Os índices de violência entre gangues rivais são igualmente elevados, e intensificados ainda mais pela truculenta presença da polícia que age com força excessiva e abuso de poder, cujo alvo principal são jovens e adolescentes do bairro, quase sempre negros. Nas palavras de seu João, “eles [os policiais] primeiro atiram, depois vão ver quem é!”

### **Segunda cena – a violência nossa de cada dia.**

Como já dito acima, seu João e dona Cida tiveram seis filhos, mas um deles foi morto há sete anos. O motivo da morte? O mesmo de tantos outros que ocorrem nas zonas periféricas das cidades brasileiras: bala perdida devido a tiroteio entre a polícia e traficantes de drogas. “Ninguém foi preso. Os policiais falam que o tiro foi dado pelos bandidos e os bandidos falam que a culpa foi da polícia”, diz dona Cida. “E a gente fica assim ... tendo que enterrar o filho e seguir a vida!”. De fato, nas periferias da cidade, mortes violentas como estas entram para as estatísticas apenas. Enquanto ficarem restritas às margens periféricas da cidade, nos ambientes mais vulneráveis, para os responsáveis pelas políticas de segurança pública a violência é considerada sob controle. “A polícia só aparece aqui pra fazer violência, e tratar mal nossos meninos. Já vi eles botando na parede, revistando e falando que é bandido criança de 10, 12 anos. Eles passam com a viatura com a arma pra fora da janela ameaçando. Eles acham que todo mundo aqui é bandido!”, diz dona Cida.

Ainda sobre a violência racista protagonizada pela polícia, relata experiência vivida por seu outro filho, de 31 anos de idade, ao voltar do trabalho à

noite, no centro da cidade. Ele trabalha como garçom e, certa vez, após terminar a jornada do dia, “ele tava andando na calçada quando uma viatura mandou ele parar, encostar com as mãos na parede e começaram a revistar chamando ele de neguinho vagabundo. Ele disse que era trabalhador, que não era bandido e tava voltando pra casa. Mas só liberaram ele depois de darem uns tapas na cabeça dele, chamando ele de neguinho folgado, provocando ele mesmo pra ver se ele reagia, porque aí eles podiam prender ele, ou até matar dizendo que ele agrediu o policial. E não foi a primeira vez que isso aconteceu!”

Situações como esta infelizmente são bastante comuns, caracterizando o estado de exceção no qual moradores das periferias das cidades se encontram. Como afirma Achille Mbembe,

(...) o mundo contemporâneo é modelado e condicionado profundamente por essa forma ancestral da vida cultural, jurídica e política que são a clausura, o cercamento, o muro, o campo, o cerco e, no fim das contas, a fronteira. São recuperados por todo lado processos de diferenciação, classificação e hierarquização para fins de exclusão, expulsão e erradicação. Novas vozes se erguem para proclamar que o universal humano ou não existe ou se limita ao que é comum não a todos os homens, mas apenas a alguns deles (2018, p. 54).

Os negros e pobres não estão entre eles!

### **Considerações finais.**

Posicionar-se criticamente com relação à temática da naturalização da desigualdade e da banalização da opressão e da violência, é algo que a Psicologia Social que defendemos não pode furtar-se, e não apenas por motivos acadêmicos ou assistenciais, mas

fundamentalmente por um princípio ético-crítico. Seu sentido de existência deve ser o de debruçar-se sobre a interface dos modelos societários, seus artefatos e dispositivos de dominação, e as subjetividades humanas, problematizando-os sempre, de modo a desconstruir discursos e ideologias que legitimam o pensamento colonizador, as relações de opressão e justificam as desigualdades sociais (Dussel, 2000).

Diante disso, problematizar e denunciar o racismo, legitimado a partir de discursos que ora visam a justificá-lo, ora o colocam como secundário em relação a outras questões consideradas mais urgentes para a população brasileira mediante o argumento falacioso da democracia racial, é de crucial importância. Para tanto, neste artigo, buscamos traçar uma revisão histórica e crítica da materialização, reprodução e transformação do racismo na sociedade brasileira, até os dias presentes, de modo a dar visibilidade a experiências de violências discriminativas que, embora vividas por vasta parcela da população do país, são recorrentemente desqualificadas e invisibilizadas.

#### Referências

- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, Brasil: Hucitec. 1999
- BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo, Brasil: Hucitec. 1988
- BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Petrópolis, Brasil: Vozes. 2007
- Carone, I. e BENTO, M.A.S. **Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis, Brasil: Vozes. 2002
- CERQUEIRA, D., LIMA, R. S., BUENO, S., VALENCIA, L. I., HANASHIRO, O., MACHADO, P.H.G., LIMA, A.S. (2017, Junho). “Atlas da Violência no Brasil”. Consultado em 15/02/2018 de site do IPEA disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf).
- CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo, Brasil: Brasiliense. 1994.
- CICONELLO, A. (2008). “O Desafio de Eliminar o Racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial”, in Oxfam International, *From Poverty to Power: how active and effective states can change the world*. Oxfam International.
- CUNHA, E. **Os Sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro, Brasil: Francisco Alves. 1995.
- DUSSEL, E. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão**. Petrópolis, Brasil: Vozes. 2000.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador, Brasil: EDUFBA. 2008.
- FERNANDES, F. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo, Brasil: Difel. 1972.
- FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo, Brasil: Ática. 1978.
- FERNANDES, F. e BASTIDE, R. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo, Brasil: Unesco. 1955.
- FREIRE, G. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo, Brasil: Record. 1992.
- HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras. 2006.
- FUNDAÇÃO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2014). Consultado em 15/02/2018, disponível em: <http://www.unfpa.org.br/swop2014/>
- GUARESCHI, P. (2013). Pressupostos Psicossociais da Exclusão: competitividade e culpabilização. In, SAWAIA, B.B. **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, Brasil: Vozes. 2013, p. 148-165.
- GUIMARÃES, A.S.A. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo, Brasil: Editora 34. 2004.
- GUIMARÃES, A.S.A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo, Brasil: Editora 34. 2009.
- HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil: Graal. 1979.

- INSTITUTO TRATA BRASIL. (2014). Consultado em 14/02/2018, disponível em: [tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/2014/](http://tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/2014/)
- LIMA, F. (2018, 24 de fevereiro de). “IBGE Mostra que Recuperação do Emprego Favorece Homens Brancos”. Consultado em 24/02/2018. Folha de S. Paulo (São Paulo, Brasil), p. A17.
- MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo, Brasil: n-1edições. 2018.
- PERRIN, F. (2017, 25 de maio de). “Para Especialistas, Problema está no Racismo”. Consultado em 24/02/2018. Folha de S. Paulo (São Paulo, Brasil), p. A25.
- PERRIN, F. (2017, 25 de maio de). “Diferença entre Brancos e Negros Cresce com Desemprego”. Consultado em 24/02/2018. Folha de S. Paulo, (São Paulo, Brasil), p. A25.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (2014). Consultado em 13/02/2018, disponível em: <http://asdfree.com/search/label/pesquisa/>
- SANTOS, B.V. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo, Brasil: Cortez. 2010.
- SCHWARCZ, L.M. e STARLING, H.M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras. 2015.
- SODRÉ, M. **Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis, Brasil: Vozes. 2015.
- SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Brasil: UFMG. 2011.
- SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Brasil: UFMG. 2012.
- SOUZA, J. **A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro, Brasil: Casa da Palavra/Leya. 2017.
- THEODORO, M. Relações Raciais, Racismo e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. V. 8, nº 1, p. 205-219. 2014.
- WETHERELL, M. e POTTER, J. **Mapping the Language of Racism: discours and the legitimation of exploitation**. New York, EUA. 1992.

*Recebido em 2018-07-22  
Publicado em 2018-09-18*